



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM



PARECER CONTROLE INTERNO

EMENTA: Adesão nº 09/2014-012 SEMAS

OBJETO: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 20130455, oriunda do PP 09/2013-010 SEMAD, cujo o objeto é registro de preços que versa sobre aquisição de materiais de consumo, no Município de Parauapebas, Estado do Pará.

FORMALIZAÇÃO

1. Consta nos autos que a - Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) solicitação para a Adesão à Ata de Registro de Preço, bem como a justificativa, referente ao Pregão Presencial nº 9/2013- 010 SEMAD. (fl.01);
2. Constam nos autos as pesquisas de preços das seguintes empresas. **ABD FERREIRA COMERCIO, HIPERMERCADO SENNA DIST. EXP. E IMPORT. LTDA e B. M. MATTEUCCI- ME (FL.09 a 26);**
3. Foram anexadas ao processo Cópia das Indicações Orçamentárias de acordo com as rubricas correspondentes;
4. Foi formalizada a designação da comissão de licitação e da equipe de apoio, conforme a Lei nº 8.666/93, art. 38, III (fl. 138);
5. Consta nos autos cópia Parecer Jurídico, Designação da comissão de licitação, Edital, Ata de Registro de Preço nº 20130455, Publicação do Certame, Documentos de Habilitação e de Regularidade Fiscal das empresas em questão, referentes ao Pregão Presencial nº 09/2014-005-SEMAS;
6. Consta no processo o parecer jurídico emitido acerca do processo em questão, conforme a Lei nº 8.666/93, art. 38, VI;

DA MINUTA DO TERMO DO CONTRATO

1. A minuta do contrato possui cláusulas que estabeleçam os casos de rescisão, conforme a Lei n.º 8.666/93, art. 77 a 80;
2. Possui na minuta do contrato cláusulas que prevê o seu prazo de vigência, conforme a Lei n.º 8.666/93, art. 57§ 3º;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM



3. A minuta do contrato prevê cláusula que estabelece a vinculação ao edital de licitação, conforme a Lei n.º 8.666/93, art. 55, XI;
4. A minuta do contrato possui cláusulas que estabelecem a legislação aplicável à execução do contrato especialmente nos casos omissos, conforme a Lei n.º 8.666/93, art. 55, XII;
5. A minuta do contrato prevê a menção dos nomes das partes e dos seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou sua lavratura, o número do processo da licitação, informa a sujeição dos contratantes à legislação e às cláusulas contratuais, conforme a Lei n.º 8.666/93, art. 40, XIV, d;

CONCLUSÃO

O art. 22 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços - SRP regulamenta a possibilidade da utilização da ata, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem.

Assim os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, não podendo exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Entretanto, diante da análise, observamos alguns pontos a serem revistos para devido andamento do processo, assim recomendamos:

- Recomenda-se ainda, no que tange a vigência do contrato, que este não ultrapasse o exercício financeiro, pois a duração do contrato está vinculada a vigência dos créditos orçamentários, conforme dispõe o capítulo do artigo 57 da Lei 8.666/93.
- Ratificamos TODAS as recomendações feitas no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM



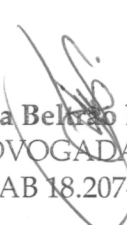
Entretanto, esta Controladoria Geral do Município destaca a necessidade de anexar aos autos do processo a INDICAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e a remissão das certidões de Regularidade Fiscal da empresa vencedora, no momento da assinatura do contrato, com a finalidade de comprovação de saldo orçamentário e atualização fiscal da empresa.


Enfim é imperioso ressaltar que as informações acostada aos autos são de inteira responsabilidade e veracidade da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), que tem competência técnica para tal, o Controle Interno, de acordo com a Lei Municipal nº 4.293/2005 tem a função da fiscalização contábil, financeira, orçamentaria, operacional e patrimonial da administração pública Municipal.

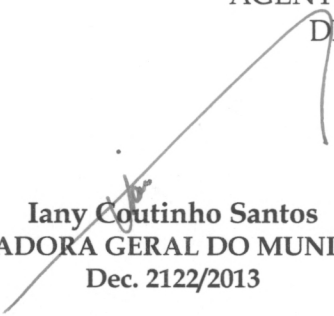
Ante o exposto, opinamos pela continuidade do procedimento desde que atendidas recomendações deste parecer.

É o parecer.

Parauapebas/PA, 03 de Setembro de 2014.


Júlia Beltrão Dias Praxedes
ADVOGADA
OAB 18.207-PA


Rayane Eliara de Souza Alves
AGENTE DE CONTROLE INTERNO
DEC. 2.123 DE 12-12-2013


Iany Coutinho Santos
CONTROLADORA GERAL DO MUNICÍPIO-CGM
Dec. 2122/2013